

# Programa REVIVE

## CASTELO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Daniela Simões (FCSH-UNL)

### Introdução



**Fig.1-** Vista geral do castelo de Vila Nova de Cerveira na actualidade. Destaque para a proximidade com o rio Minho, bem como casario adossado às muralhas medievais.

Fonte:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484)

O castelo de Vila Nova de Cerveira situa-se no município a partir do qual obtém o seu nome, o qual é também sede de concelho (composto por 11 freguesias), pertencendo ao distrito de Viana do Castelo. Vila Nova de Cerveira integra o território da antiga província de Entre Douro-e-Minho, e é ilimitada a nordeste por Valença, a este por Paredes de Coura, a sueste por Ponte de Lima, a sudoeste por Caminha e a noroeste pela Galiza, pelos concelhos de Rosal e Tomiño. Localiza-se na margem esquerda do rio Minho, fronteira natural entre os territórios português e espanhol a noroeste.

O acastelo da vila constitui um elemento marcante da sua paisagem, apresentando uma implantação destacada, ao situar-se num pequeno morro, envolto actualmente pela malha urbana da povoação. É, por isso, frequentemente encarado como o *ex-libris* patrimonial de Cerveira, não apenas pela sua antiguidade, mas também pelo papel que, ao longo dos seus vários séculos de história, foi desempenhando na defesa da fronteira portuguesa em diversas ocasiões em que esta se viu ameaçada, numa articulação directa com outras fortalezas vizinhas – Castro Laboreiro, Melgaço, Monção, Lapela e Valença do Minho.

O castelo de Vila Nova de Cerveira revelou ainda um papel determinante na formação e crescimento da própria vila durante o período medieval, dado que esta teve a sua origem no

interior das muralhas da fortificação, tendo progressivamente crescido para fora destas. Inserindo-se na tipologia de *castelo gótico*, a fortificação de Cerveira foi mandada erigir por acção do rei D. Dinis, cujo período de governação (1279-1325) ficou amplamente marcado pela revisão da estratégia defensiva do reino, que assinatura do Tratado de Alcanizes com Castela, em 1297, permitiu sedimentar, ao estabelecer, de forma praticamente definitiva até aos dias de hoje, as fronteiras de Portugal a norte e a leste.

Em 1321, ao conceder uma carta de foral com o intuito de, nas antigas *terras* de Cerveira, fundar uma “vila nova”, o monarca determinou que esta fundação se fizesse acompanhar da edificação de um castelo, com a intenção não apenas de reforçar a linha de defesa da margem esquerda do rio Minho, mas também de fomentar o povoamento da região que, pelo seu carácter fronteiriço, apresentava, tal como as restantes zonas junto à raia, uma menor concentração populacional. A concessão de privilégios vários a quem ali se quisesse fixar, os quais seriam reforçados na nova carta de foral atribuída à vila por D. Manuel I, em 1512, aliada à própria segurança proporcionada pela estrutura muralhada levariam ao rápido crescimento da vila para lá da sua cerca primitiva.

Esta situação conduziria à necessidade de alargamento das estruturas defensivas já em plena época moderna, com a edificação de uma fortaleza abaluartada. no contexto das Guerras da Restauração, em meados do século XVII. A construção desta nova estrutura permitiria não só envolver a antiga muralha medieval e malha urbana extramuros, como também actualizar o sistema defensivo desta praça, de acordo com os princípios do emprego da pirobalística. Para além da implementação da tipologia de fortaleza em estrela “à Vauban”, o castelo de Cerveira passou a beneficiar do apoio de duas outras estruturas – o Forte de Lovelhe e a Atalaia do Espírito Santo- garantindo um “alarme mais atempado e mais exacto, condição fundamental para garantir a inexpugnabilidade das velhas muralhas de pedra” (MONTEIRO: 1999, 315).

Com o fim das invasões francesas, em cuja segunda (1809) a acção defensiva levada a cabo na fortaleza de Cerveira demonstrou um papel determinante na detenção inicial das tropas do marechal Soult, este complexo militar entraria num processo de acentuada decadência. Esta, aliada ao próprio crescimento demográfico e urbanístico da vila, conduziria à demolição da quase totalidade da estrutura abaluartada seiscentista, bem como de parte significativa da barbacã que, em finais do século XIV ou inícios do XV, havia sido edificada no exterior da muralha dionisina.

Reconhecendo a importância do antigo castelo para a história da região, o mesmo foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 1974, pelo que na sequência da cedência

por parte do Estado do recinto amuralhado à Câmara Municipal, ocorrida em 1975, foi iniciada uma vasta reforma urbanística em Vila Nova de Cerveira, com o intuito de recuperar o seu centro histórico, nomeadamente a malha urbana presente no interior da antiga muralha. Vários edifícios e estruturas foram alvo de campanhas de restauro, com vista à valorização da sua vocação turística, que foi ainda acentuada com a adaptação do antigo castelo a pousada, em 1982, passando assim o conjunto a integrar a rede de Pousadas de Portugal. Tal foi a situação até 2008, ano em que a pousada do castelo de Cerveira encerrou, encontrando-se actualmente esta antiga fortificação “devoluta, albergando pontualmente exposições artísticas, como é o caso de uma parte da Bienal de Cerveira” (REVIVE:2017, 13).

No entanto, e apesar dos edifícios que albergavam a pousada, o espaço do antigo castelo continua a ser visitado por turistas, situação que é demonstrativa da importância patrimonial deste conjunto para a história e economia locais desta vila minhota. Tendo em conta este legado, o castelo de Vila Nova de Cerveira seria um dos imóveis a integrar, em 2016, a lista de monumentos afectos ao projecto REVIVE, pretendendo-se a sua revitalização por meio da reimplantação de um estabelecimento hoteleiro nas estruturas anteriormente ocupadas pela pousada.

## **O Castelo de Vila Nova de Cerveira:**

### **Na Época Medieval**

A ausência de provas documentais ou outras, bem como de vestígios arqueológicos significativos impedem que se possa situar com precisão o antigo castelo de Cerveira, de tipo roqueiro, que terá protegido os territórios circundantes até ao século XIV. Alguns autores locais apontam como possível localização a zona da do Monte da Encarnação (GUERREIRO:1995, 13), enquanto outros referem o Monte do Espírito Santo (AMBAR:1999, 19), sendo, todavia, pouca a distância que separa estes dois pontos, hoje situados na periferia da vila. A primeira referência histórica ao antigo castelo de Cerveira diz respeito à sua inclusão no conjunto de praças concedidas como dote nupcial por D. Sancho II à sua futura esposa D. Mécia Lopes Haro (ROCHA:1994, 36), por volta de 1245. Novas referências são encontradas nas Inquirições de 1258, levadas a cabo por D. Afonso III, nas quais se dá conta da obrigação dos moradores de Cerveira à anúduva, isto é, ao auxílio em trabalho e em materiais de todo o tipo necessários para a conservação do castelo.

Contudo, seria no contexto da já mencionada reforma administrativa e territorial liderada por D. Dinis que, por volta do ano de 1320, o monarca daria ordem para que nas

antigas *terras* de Cerveira se construísse um castelo e se fundasse uma vila-nova, a qual deveria albergar, no mínimo, cem casas, de acordo com a respectiva carta de foral, outorgada, em Lisboa, a 1 de Outubro de 1321.. Relativamente a questões de defesa, o foral dionisino estipula que um terço dos habitantes (com exclusão natural para o clero) teria de prestar serviço militar obrigatório, bem como que um terço dos dízimos anuais seria aplicado na conservação do castelo (GUERREIRO:1996, 13), realizada, em parte, através do já mencionado serviço de anúduva.

Em 1512, e na sequência de um processo de revisão das cartas de foral a nível nacional, D. Manuel I renova a atribuída, quase dois séculos antes, por D. Dinis, a Vila Nova de Cerveira. Apenas cerca de três anos antes, a elaboração do *Livro de Fortalezas* permite, a partir dos desenhos elaborados, ter uma ideia de como seria o castelo de Vila Nova de Cerveira na entrada para o século XVI. Desconhece-se o responsável pelo projecto arquitectónico, bem como os autores das várias alterações/acrescentos de que este beneficiou até ao fim do período medieval.

Através da observação dos desenhos de Duarte de Armas, bem como de estudos posteriores, o castelo de Cerveira poderá ser descrito como apresentando uma planta oval, com 260m de perímetro, a qual é definida por uma cerca de muralha composta por sete torres de apoio e torre de menagem. Todas elas apresentam um formato quadrangular, destacando-se a torre de menagem das restantes pela sua maior altura e largura, encontrando-se originalmente todas elas, bem como algumas partes da muralha junto às portas coroadas por uma alternância de ameias e merlões, dada a importância estratégica destes pontos no que à defesa do castelo dizia respeito. Cinco destas oito torres situavam-se junto à cortina de muralhas do lado sul, pela sua maior fragilidade em caso de ataque. As muralhas têm 7,5m de altura por 2m de espessura, enquanto as torres apresentam alturas que variam entre os 8m (torres de apoio) e os 13 m (torre de menagem). Originalmente estas terão sido mais altas, uma vez que no século XIX sofreram vários rebates, como mais à frente se abordará. As cortinas das muralhas denotam diferentes técnicas de construção, consequência das várias campanhas de obras realizadas no decorrer dos séculos, onde poderá ter existido aproveitamento de cantaria do antigo castelo.

A muralha dionisina apresentava duas portas de acesso: a principal, localizada junto à torre de menagem, situada a este, e que fazia a ligação entre o castelo e o restante casario situado extramuros; e a porta traseira, ou “de traição”, situada no lado oposto à primeira, isto é, voltada a oeste, criada para possibilitar a fuga para o exterior em caso de tomada da entrada

principal pelo inimigo. Ambas apresentam, um formato ogival, caro aos modelos góticos, subsistindo até aos dias de hoje.

Quanto à barbacã que envolve a cintura de muralhas anteriormente descrita, esta terá sido edificada entre finais do século XIV ou inícios do XV, ou seja, nos reinados de D. Fernando ou de D. João I. Constitui, deste modo, um exemplo das muitas acções de conservação e actualização das estruturas militares do reino levadas a cabo por estes monarcas, sendo que no caso de Cerveira observa-se que a barbacã atingem os 6m de altura e os 1,5m de espessura, acompanhando a saliência das torres ao longo de todo o perímetro da muralha. Apresenta uma entrada em forma de arco perfeito, cuja configuração actual deverá datar já do reinado de D. Manuel I, responsável também por diversas intervenções nesta fortificação.

Ainda do século XVI datam a edificação, no interior do perímetro das muralhas, do pelourinho de Vila Nova de Cerveira (1547) e da Igreja da Misericórdia (1595), amplamente reformulada na viragem para o século XIX.

### **Na Época Moderna:**

A estrutura militar de Cerveira apenas voltaria a sofrer intervenções já em pleno século XVII, no contexto das Guerras da Restauração, com a adaptação do antigo castelo medieval a fortaleza abaluartada. A 25 de Setembro de 1643, dada a sua proximidade com a fronteira espanhola, Vila Nova de Cerveira foi atacada pelas tropas partidárias de Filipe III, às quais os cerveirenses, capitaneados pelo governador Manuel de Sousa Abreu fizeram frente, repelindo-os para lá do território nacional. Neste contexto, e dada a necessidade de actualização das estruturas defensivas, o Governador de Armas da Província do Minho e 8º Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, ordena, em 1660, a reparação do castelo, bem como a edificação de uma nova fortaleza, que deveria envolver a antiga muralha medieval, bem como o casario entretanto edificado nas suas imediações.

Com a construção da nova fortaleza seiscentista, o perímetro das estruturas defensivas de Cerveira aumentaria significativamente, caracterizando-se a nova praça pelo seu formato irregular, de tipo estrelado, em que a largura seria sensivelmente metade do comprimento, e composta por quatro baluartes inteiros – o de São Miguel, o do Espírito Santo, o da Conceição e o das Almas -, um meio baluarte e um revelim, protegendo a entrada junto ao rio. Quatro portas seriam igualmente acrescentadas ao novo perímetro defensivo: a da Campanha, a norte, próxima à capela de Santo António; a da Porta Nova, a sul, com a capela de São Gonçalo à entrada; a do Rio, a oeste; e a de Traz de Igreja, a este (SIPA). A edificação

do sistema abaluartado estaria concluída por volta de 1667, tendo a sua acção defensiva sido complementada por duas outras estruturas militares construídas nas suas imediações alguns anos antes: o Forte de Lovelhee a Atalaia do Espírito Santo.

Quanto ao primeiro, a sua edificação terá sido concluída em 1663, sob o comando do general e mestre de campo D. Francisco de Azevedo, razão pela qual esta construção ficaria também conhecida como Forte de Azevedo. Apresenta um formato pentagonal, com cinco baluartes, situando-se numa pequena elevação na margem esquerda do rio Minho, a este da fortaleza principal. Como salientado por José Marques Rocha, “O forte, uma construção “à Vauban”, foi edificado na parte mais alta do terraço, de forma simples, mas funcional, já que se encontrava numa posição altamente estratégica” (ROCHA:1994, 35)

Já no que concerne à atalaia, esta é a mais pequena das três estruturas militares, situando-se “na serra da Gávea, a poente da capela de Nossa Senhora da Encarnação, num cotovelo do monte, do qual se avista toda a vasta área do rio Minho, desde terras de Valença a território de Caminha. Trata-se de um pequeno fortim de forma circular, actualmente encoberto por denso “matagal”. (ROCHA:1994, 47).

Em 1650 seria ainda edificada a capela de Nossa Senhora da Ajuda, no espaço entre a porta da barbacã e a entrada da muralha dionisina, procurando este pequeno local de culto relembrar o pedido de auxílio a Nossa Senhora por parte da população de Cerveira, aquando dos confrontos com Espanha.

A reformulação das estruturas militares de Cerveira acabaria por introduzir também alterações na própria configuração urbanística da vila, com a criação de eixos viários coincidentes com as principais portas da fortificação. Neste contexto, e como ressaltado por Rita Costa Gomes, o novo paradigma de fortificações em vigor, o qual, em contexto peninsular, vê a sua aplicação reforçada e acelerada pela eclosão das Guerras da Restauração, implicou “uma visão do espaço e do território onde a morfologia, as vias de comunicação, os lugares são dados desse exercício racional que é a guerra. (...) Fortalezas baixas e rodeadas por amplas esplanadas, verdadeiras camisas-de-forças que condicionam a expansão do espaço das urbes, e onde a vida das populações será marcada pela presença dos soldados dos edifícios e recursos necessários à funcionalidade do sistema defensivo” (GOMES:1996, 75).

A fortaleza abaluartada de Cerveira seria ainda, em 1742, alvo de reformas, com vista ao acrescento de um segundo patamar, como forma de reforço das suas estruturas face à proximidade para com o Forte de San Lorenzo de Goyan. No entanto, com a estabilização definitiva das fronteiras entre os dois reinos, a fortificação de Cerveira, bem como muitas

outras situadas ao longo da raia, perderiam grande parte do seu valor militar, entrando mesmo algumas em processo de decadência.

### **Época Contemporânea:**

O último grande episódio da história do castelo de Vila Nova de Cerveira ocorreu no contexto das invasões francesas, no dealbar do século XIX. Entre 1797 e 1801, a estrutura abaluartada seria alvo de obras de reconstrução e, apenas alguns anos mais tarde, no contexto da segunda invasão francesa (1809), a acção defensiva concertada entre a fortaleza de Cerveira, Forte de Lovelhe e Atalaia do Espírito Santo seria fundamental para deter a entrada das tropas comandadas pelo marechal Soult em território nacional, através do rio Minho

No entanto, passado o período das Guerras Peninsulares, a fortaleza e castelo de Cerveira foram alvo de um progressivo abandono, que conduziria a uma rápida degradação das suas estruturas. Em 1844, há notícia da derrocada parcial da torre de menagem do castelo, o que obrigou à sua demolição até meio. Em 1875, a Câmara Municipal foi autorizada a apear os muros da fortaleza “desde as portas de Viana até às de Campanha”, compreendendo o lanço que circundava a vila pelo lado sul, para que a povoação se pudesse estender nessa direcção, defrontando a rua do Arrabalde e aproveitando-se o local para feira e passeio público” (DGEMN:1982, 10). Consequentemente, as habitações particulares começam a apropriar-se da barbacã, levando mesmo à sua destruição em troços significativos.

No dealbar do século XX, o castelo havia deixado de ser o centro da vila, situação para a qual a mudança do hospital e dos Paços do Concelho para novos edifícios no exterior da muralha em muito havia contribuído. Em 1905 há notícia do atulhamento dos antigos fossos da fortaleza (SIPA), com vista certamente à uniformização do terreno envolvente para efeitos de construção de novas estruturas habitacionais e urbanísticas.

Contudo, o reconhecimento do valor histórico e patrimonial antiga estrutura militar levaria a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) a elaborar um pedido de intervenção e protecção do que subsistia do conjunto, o qual seria submetido ao Concelho Superior de Obras Públicas, em Janeiro de 1946. Apesar de tais diligências, o castelo apenas seria classificado como Imóvel de Interesse Público em 1974, processando-se no ano seguinte a cedência por parte do Estado do recinto amuralhado à Câmara Municipal de Cerveira, com o objectivo de recuperação da malha urbana presente no seu interior, assim como das próprias muralhas e outros elementos arquitectónicos (militares, religiosos, e civis) e utilitários com valor patrimonial ali situados. O reconhecimento do potencial turístico do conjunto, bem como a quase ausência de estruturas hoteleiras na vila à época levaria à

vontade, por parte das autoridades locais, de adaptação do antigo castelo a pousada, com vista à revitalização e reutilização do casario localizado no seu interior. Neste sentido, os arquitectos Octávio Lixa Figueiras e Alcino Soutinho seriam chamados, em 1971, a realizar o projecto de reconversão deste espaço em pousada, inaugurada em 6 Setembro de 1982, e integrada na rede de Pousadas de Portugal.

O novo estabelecimento hoteleiro recebeu o nome de *Pousada D. Dinis*, integrando a tipologia de “aldeamento”. O projecto de reconversão teve, por isso, como ponto de partida a estrutura urbana pré-existente, pelo que “considerou-se adequado que os núcleos habitacionais se destinassem a alojamento dos hóspedes e os antigos Paços do Concelho a salas de convívio. O número de quartos necessários e a insuficiente área construída existente impuseram a concepção de um edifício novo, de feição actual, integrado no ambiente através do aproveitamento, ao nível do rés-do-chão, de paredes de antigas habitações, que lhe servem de enquadramento. Esta edificação, totalmente nova, destinada a restaurante, sala de banquetes e serviços gerais, foi localizada de forma a dispor de um espaço aberto, com belíssima panorâmica sobre o Rio Minho (...)” (DGEMN:1982, 11)

Aquando da sua abertura, a pousada contava com 29 quartos, salas de estar, salas de jantar, bar, terraço e pátios ajardinados para usufruto dos hóspedes no interior das muralhas, localizando-se a recepção, serviços administrativos, salas de exposição e alojamentos dos funcionários no seu exterior, em antigas habitações adossadas à muralha ou a reduzida distância desta. Dada a dispersão dos quartos e serviços por vários edifícios, as obras de reconversão contemplaram a abertura de um conjunto de galerias subterrâneas, com vista a facilitar a deslocação dos funcionários e, simultaneamente, a garantir a tranquilidade e insonorização necessárias à estadia dos hóspedes (DGEMN:1982, 14).

Em Dezembro 2008, a *Pousada D. Dinis*, ainda que inicialmente a título temporário, encerraria portas devido à necessidade da realização de obras urgentes no sistema de águas<sup>1</sup>, não voltando, no entanto, a reabrir.

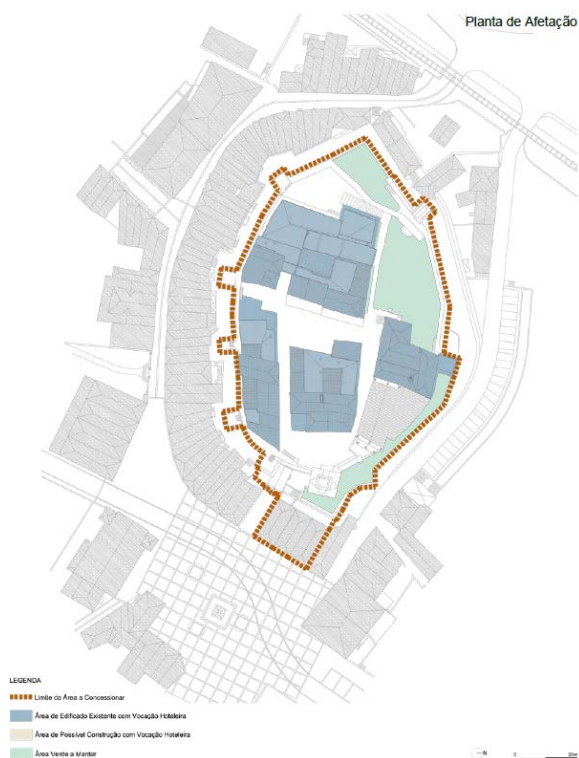
Em 2002, trabalhos arqueológicos realizados no centro da vila permitiram localizar, na actual Rua da Costa Brava, o fosso que circundava as muralhas do castelo medieval. No ano de 2004, o castelo de Vila Nova de Cerveira integrou o Plano Director das Fortalezas Transfronteiriças do Vale do Minho, criado com o intuito de inventariar e averiguar o estado de conservação dos espaços fortificados desta região. A 22 de Setembro de 2006 decorreu a

---

<sup>1</sup>De acordo com informação veiculada em notícia publicada pelo *Jornal de Notícias* a 26.12.2008 [<https://www.jn.pt/local/noticias/viana-do-castelo/vila-nova-de-serveira/interior/fecho-da-pousada-preocupa-camara-1063442.html>]



apresentação do Plano de Pormenor e Salvaguarda do centro histórico de Vila Nova de Cerveira,, no qual o antigo castelo foi naturalmente incluído.



**Fig.11-** Planta onde se encontram assinalados os diferentes espaços com vocação hoteleira no perímetro do castelo (assinalado a tracejado), outrora ocupados pela *Pousada D. Dinis*.

Fonte: Caderno de encargos do projecto REVIVE para este imóvel

### **O castelo de Vila Nova de Cerveira: Elementos notáveis remanescentes**

Uma parte significativa das estruturas que compunham o castelo e a fortaleza abaluartada de Vila Nova de Cerveira foram destruídas ao longo do século XIX e inícios de XX, devido não só à perda de importância militar do conjunto, mas também ao seu avançado estado de degradação e à necessidade de crescimento da vila. Todavia, vários elementos das partes sobreviventes merecem destaque, desde logo, as muralhas medievais, com as suas oito torres quadrangulares, actualmente apresentando diferentes alturas fruto de sucessivos apeamentos, e todas elas já sem coroamento de ameias e merlões. Porém, no interior, é ainda possível percorrer todo o adarve, ao qual se tem acesso através de escadas de pedra adossadas aos panos de muralha. Já no que diz respeito à barbacã, apenas uma parte desta subsiste, isto é, o troço situado a este, que percorre o perímetro da muralha medieval até à torre, sendo que depois desta o seu traçado é apenas identificável na organização da malha urbana.

No que diz respeito aos materiais empregues na edificação quer da muralha medieval, quer do baluarte, vários são os autores que ressaltam “o império da pedra” na construção das nossas velhas fortalezas. Mas, para assegurar a robustez das construções, convinha que não se tratasse de uma pedra qualquer, de simples combinações de seixo e barro; era

importante usar pedra aparelhada e recorrer a alvenaria com a utilização de cal e de argamassa” (MONTEIRO:1999, 99-100). No caso de Cerveira, quer nos panos de muralha originais, quer no barbacã, quer ainda na estrutura abaluartada recorreu-se ao emprego do granito aparelhado e alvenaria.

No que concerne ao perímetro abaluartado, este foi a parte mais afectada pelas demolições, devido exactamente a constituir o “elemento de fronteira” entre a fortaleza e a malha urbana, constituindo, deste modo, um obstáculo à sua expansão. Por conseguinte, dos quatro baluartes inteiros, apenas subiste o de São Miguel, situado a norte, voltado para o rio. Outro elemento de destaque são as duas portas medievais sobreviventes: a principal, voltada a este e localizada no muro da barbacã, que aproveita o espaço até à muralha, criando uma entrada “em cotovelo”; e a designada “porta da traição”, de proporções mais modestas, situada no pano de muralha a oeste. Outro dos elementos notáveis do conjunto castelar é o pelourinho manuelino, mandado edificar em 1547, encontrando-se na praça central do castelo, em frente ao edifício dos antigos Paços do Concelho. Talhado em cantaria de granito, é encimado por um capitel cúbico contendo num dos lados as armas municipais e noutro as de Portugal, com terminação cónica e uma esfera no topo (REVIVE:2017, 25).

Junto ao pelourinho encontra-se a antiga Casa da Comarca, sede da Câmara Municipal da vila até finais do século XIX. Trata-se de um edifício do século XVII, de volumetrias simples, com dois pisos, sendo as paredes em alvenaria caiada, a qual contrasta com as molduras em granito, que envolvem as janelas e portas, e com os cunhais que revestem os ângulos do edifício. Destaque para a decoração escultórica já do século XVIII (1769) com elementos de heráldica colocados sobre a porta principal.

Existem ainda dois edifícios religiosos no interior do castelo, as já mencionadas Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Igreja da Misericórdia. Relativamente à primeira, esta é um pequeno espaço de culto localizado sobre a porta da barbacã do castelo, que constitui o acesso principal ao recinto. Deste modo, enquanto ao nível do piso térreo se encontra a entrada, o nível superior é ocupado pela fachada principal da capela, onde se destaca um janelão rectangular, encimado por um frontão quebrado em formato de volutas, ao qual foi acrescentado, em pleno século XX (1908), as armas manuelinas (DIOGO:1981, 98).

A fachada da capela é ainda coroada pequenas decorações no entablamento, sobre o qual se ergue um frontão triangular simples, ladeado por esferóides e com cruz de granito ao centro. No interior, sobressai o altar em talha dourada seiscentista, bem como o tecto em caixotões decorados com pinturas dedicadas à padroeira. As paredes encontram-se revestidas na íntegra por azulejos de tapete azuis e amarelos, apresentando o conjunto grande coerência.

Quanto à Igreja da Misericórdia, embora a sua fundação date ainda do século XVI, a mesma foi alvo de uma intensa campanha de obras na viragem para o século XIX, que justificam o seu aspecto neoclássico actual. Apresenta uma planta de nave única, com cabeceira saliente, encontrando-se adossada a antigas estruturas medievais. As suas paredes são revestidas a alvenaria caiada, contendo pilares em granito com terminações em formato de urna junto à cobertura. A fachada principal encontra-se voltada a sul, apresentando um portal enquadrado por pilastras e frontão curvo interrompido. Já no interior, salienta-se a decoração retabular neoclássica, com recurso a talha dourada e branca.

Para além das representações heráldicas já mencionadas, existem ainda três outras, de datação mais antiga, localizadas na torre de menagem do castelo: a mais antiga, datada do reinado de D. Dinis (séc. XIV), uma outra do reinado de D. Fernando (séc. XIV), e ainda uma do reinado de D. Manuel (séc. XVI) (DIOGO:1981, 72-77). Por último, salienta-se a sobrevivência das estruturas de uma antiga cisterna medieval, bem como a uniformidade e coerência do casario situado no interior da muralha, composto por edifícios de um ou dois pisos, uns com paredes de granito rebocadas e caiadas, outros com as molduras de granito ainda salientes, e outros ainda com o aparelho todo a descoberto. A única excepção verificada é a edificação contemporânea destinada a restaurante.

### **Considerações finais**

A importância e imponência do castelo de Cerveira na história da vila e região envolvente justificam a necessidade e urgência de revitalização deste conjunto através de um equipamento turístico de cariz hoteleiro, ocupando assim os edifícios e infra-estruturas existentes, já previamente adaptados para o efeito, bem como os pátios e terraços que podem ser encontrados quer no interior, quer no exterior (baluarte) da muralha. A juntar à função hoteleira, o valor patrimonial do conjunto justifica “a criação de um núcleo interpretativo onde se poderá compreender as diversas transformações que ocorreram neste lugar ao longo do tempo, contribuindo para manter a identidade do imóvel” (REVIVE:2017, 15).

Deverá ser cumprida a legislação aplicável a um imóvel de interesse público, pelo que neste sentido as estruturas que compõem o castelo apresentam diferentes níveis de protecção. No nível 1 – protecção total encontra-se todo o recinto amuralhado, a Igreja da Misericórdia e a Capela de N. S. da Ajuda, as quais mantêm a sua vocação religiosa até à actualidade, não sendo, por isso, afectadas à função hoteleira. Já o nível 2 – protecção parcial abarca todos os edifícios a afectar à vocação hoteleira, pátios exteriores que os compõem, espaços subterrâneos (túneis), e espaços exteriores no interior das muralhas.

## **Bibliografia**

### **Obras publicadas**

A.A.V.V., *Castelos Medievais de Portugal. DGEMN: II Congresso do Centro Europeu para o estudo dos castelos – Zurich*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1949

A.A.V.V., *Pousada de D. Dinis no Castelo de Vila Nova de Cerveira*. Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes – Secretaria de Estado das Obras Públicas- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Braga: Ofic. Gráf. Livraria Cruz, 1982

A.A.V.V., *Pousadas de Portugal*. Lisboa: Edições ASA, 2000

ALVES, Lourenço, *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (Monumentos Civis e Militares)* in *Caminiana*, vol. 12, Ano 7. Caminha: 1985, p. 37 – 130

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho*. Tese complementar de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978.

\_\_\_\_\_, *Castelos e cercas medievais. Séculos XI a XIII. In Portugal no Mundo. História das fortificações portuguesas no mundo* (Coord. Rafael Moreira) . Lisboa: Alfa, 1991, pp. 38-54

AMBAR, Eduardo (coord.), *Castelos e Pousadas de Portugal. Castles and Pousadas of Portugal*. Lisboa: Tipografia Peres, 1999

ANTUNES, João Manuel Viana: GUERREIRO, Alfredo José Castro, *Os Forais de Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal Vila Nova de Cerveira, 1996

ARMAS, Duarte (prefácio Armindo Moreira Palma Jacinto), *Livro das Fortalezas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015

BANDEIRA, Luís Stubbs S. M., *Castelo de Vila Nova de Cerveira in MAMA SUME*, nº 19, Nov / Fev. 1982 - 1983, p. 33 – 36

BARROCA, Mário, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico: Séc. IX a XII*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994

\_\_\_\_\_, *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa In Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*, II série, nºs 1-15, pp. 801-822

\_\_\_\_\_, *Uma paisagem com castelos In Architectando Espaços: Da Natureza à Metapolis*. Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, pp. 173-181

\_\_\_\_\_, *Tempos de resistência e de inovação: A Arquitectura Militar Portuguesa no reinado de D. Manuel (1495-1521) In Portugália – Nova série*, vol. XXIV, 2003, pp. 95-112

BEÇA, Humberto, *Castelos de Portugal: II – Os Castelos de Entre Douro e Minho*. Tese a apresentar ao Congresso Minhoto, em Braga. Famalicão: Tipografia Minerva da Cruz, Sousa & Barbosa, Lda, 1925

BRANDÃO, Maria Viterbo, *Pousadas de Portugal – Três estudos de caso: Pousadas de D. Dinis, Santa Maria da Costa e Santa Maria de Bouro*. 2vols, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001

CRUZ, Manuel Ivo, *Castelos de Portugal*, nº2. Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, 1960

DIOGO, José Leal, *Inventário da heráldica concelhia*. Vila Nova de Cerveira: Edição da Câmara Municipal, 1981

\_\_\_\_\_, *Roteiro de Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira: Edição da Câmara Municipal, 1983

FERNANDES, José Manuel, *Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em monumentos, in Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN-Livros Horizonte, 1999, pp. 159-177

GIL, Júlio (coord.), *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986

GOMES, Rita Costa, *Castelos da Raia, Vol.I - Beira*. Lisboa: IPPAR, 1996

\_\_\_\_\_, *Castelos da Raia, Vol.II Trás-os-Montes*. Lisboa: Ministério da Cultura – IPPAR, 2003

GUERREIRO, Castro, *Contributos para a História de Vila Nova de Cerveira I – O Castelo e outras Fortificações*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal Vila Nova de Cerveira, 1995

LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa no Século XX*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2006

MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra: Castelos, Muralhas e Guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016

MATTOSO, José, *Castelos de Portugal. Portuguese Castles*. Lisboa: CTT, 1988

MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 1999

NORTH, C.T., *Guia dos Castelos antigos de Portugal, volume I – norte do Tejo*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002

NUNES, António Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005

\_\_\_\_\_, *Castelos Templários Raianos – Castelos de Portugal. Jornadas Templárias de Penha Garcia. 13 de Agosto 2013*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2013

PEREIRA, Mário (coord.), *Castelos Raia da Beira – Distrito da Guarda*. IPPAR – Museu da Guarda. Seixal: Litomarco – Artes Gráficas, 1988

PERES, Damião, *A gloriosa História dos mais belos castelos de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1969

ROCHA, J. Marques, V. N. *Cerveira de ontem e de hoje*. Braga: Compolito – Serviços de artes gráficas limitadas, 1994

TEIXEIRA, Ricardo, *Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV) In Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 463-476

### **Manuscritos**

SILVA, Luís Cristino da, *Parecer nº1725 In Pareceres elaborados para o Concelho Superior de Obras Públicas*, 1946 [1942-1953]

### **Em linha**

PEREIRA, Brás, *Fronteira de Portugal Fortificada. Pelos Reis deste Reyno. Tiradas das Fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel*. [[http://purl.pt/24908/4/il-192\\_PDF/il-192\\_PDF\\_24-C-R0150/il-192\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/24908/4/il-192_PDF/il-192_PDF_24-C-R0150/il-192_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)]

*Castelo de Vila Nova de Cerveira / Pousada de D. Diniz*  
[[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3484)]

*Fortaleza de Goyan*

[<https://www.galiciamaxica.eu/galicia/pontevedra/comarca-do-baixo-mino/tomino/fortaleza-de-goian/>]

*Igreja da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira*

[<http://www.misericordiadecerveira.com/igreja-da-misericordia/>]

*Fecho de Pousada preocupa Câmara*

[<https://www.jn.pt/local/noticias/viana-do-castelo/vila-nova-de-serveira/interior/fecho-da-pousada-preocupa-camara-1063442.html>]

Consultas realizadas em 20-11-2017